

BRASIL TERÁ DINHEIRO PARA HONRAR COMPROMISSOS EXTERNOS E DEVERÁ RECUPERAR A CONFIANÇA DE INVESTIDORES

TUDO CERTO COM O FMI

Regina Alvarez
e Lydia Medeiros
Da equipe do Correio

O governo brasileiro concluiu no fim de semana as bases do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e conseguiu sinal verde para a ajuda financeira de organismos internacionais. Prometeu um ajuste fiscal da ordem de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões, já em 1999, e garantiu que não haverá intervenção sobre suas políticas de câmbio e juros. Com o acordo, o FMI vai credenciar o Brasil a receber recursos de várias fontes externas, formando um fundo que só será usado em caso de necessidade.

O desfecho das negociações fortalece a posição da equipe econômica, que rejeita qualquer mudança na política cambial. O formato do acordo deve ser inovador. No lugar da tradicional carta de intenções seria usado outro mecanismo para consolidar as exigências do FMI, concentradas na área fiscal.

O total de recursos que será reunido na ajuda financeira está em discussão, pois depende da articulação com outros organismos internacionais e com os países ricos. O dinheiro só será usado se o Brasil tiver dificuldades para fechar suas contas externas no ano que vem, mas integrantes da equipe econômica acreditam que o aval do FMI deve criar um ambiente favorável para o Brasil junto aos investidores, fazendo com que o país recupere a credibilidade e volte a atrair recursos externos.

O ajuste fiscal prometido ao FMI prevê superávits primários (receitas maiores do que as despesas, excluindo a conta de juros) nos próximos três anos, de forma a manter a dívida pública estável num patamar em torno de 40% do PIB. Para isso, o governo encaminhará ao Congresso ainda este mês um programa de ajuste fiscal com metas de superávit para esse período. Isso significa que se os gastos aumentarem e ameaçarem comprometer as metas serão cortados automaticamente, com base no que determinará a lei. O programa também deverá incluir metas de desempenho para estados e municípios.

AJUSTE

Os técnicos do governo que estão em Washington não chegaram a discutir com o FMI de que forma será obtida a receita extra para equilibrar as contas públicas, o que está sendo feito pelas equipes dos ministérios do Planejamento e Fazenda. Um conjunto de medidas deve ser anunciado em poucos dias junto com o programa trienal de ajuste fiscal, que será encaminhado ao Congresso.

O governo deve montar um grande rolo compressor para aprovar ainda este ano não só o pacote com as medidas de ajuste, mas também a reforma da Previdência e dois projetos que viabilizam a demissão de funcionários públicos, prevista na reforma administrativa.

Um dos pontos do pacote deve ser a elevação da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Proposta de emenda constitucional que transforma a CPMF numa contribuição permanente já tramita no Congresso. É um caminho que governo pode usar para elevar a alíquota de 0,2% para até 0,5%. A emenda já passou por co-

missão especial na Câmara e depende, agora, de aprovação em plenário, em dois turnos, além de outras duas votações no Senado, com quorum de três quintos. Michel Temer, presidente da Câmara, precisa incluir a proposta na pauta de votações deste ano para que a contribuição possa vigorar em 1999. Parte dessa receita (R\$ 8,7 bilhões) já está prevista na proposta de orçamento para o próximo ano encaminhada ao Congresso.

CPMF
Outra alternativa, que também depende de emenda, é prorrogar a CPMF que vigora até janeiro de 1999. A desvantagem, neste caso, é que a contribuição só passaria a vigorar três meses depois de aprovada. Cada 0,1% de aumento na alíquota equivale a uma receita extra de R\$ 4,3 bilhões e por isso a mudança na CPMF deve ser a principal medida para elevar a receita.

A necessidade de receita extraordinária pode resultar no aumento de outros impostos. Por enquanto, os técnicos não querem apelar para um recurso utilizado no final do ano passado: o aumento do Imposto de Renda. Mas essa hipótese não está totalmente descartada. Dependerá do tamanho do corte de gastos considerado factível no orçamento do próximo ano. Além de serem forçados a elevar o superávit primário para algo em torno de 2,5% do PIB — o orçamento prevê um ganho adicional de 1% —, os técnicos terão que compensar com redução de despesas a queda na arrecadação decorrente da recessão econômica.

O governo quer estender o ajuste aos estados e municípios e conta para isso com a aprovação, também este ano, de dois projetos que regulamentam a reforma administrativa. Eles permitem, na prática, a demissão de funcionários estáveis sempre que os gastos com pessoal ultrapassem o limite de 60% da receita líquida. Em 1998, estados e municípios, junto com as estatais, devem fechar suas contas com um déficit primário de 0,5% do PIB (cerca de R\$ 4 bilhões). A intenção do governo é garantir no ano que vem pelo menos o equilíbrio dessas contas.

O Congresso voltará a funcionar, de fato, a partir da dia 28, depois do segundo turno das eleições estaduais. O governo concentrará, então, seus esforços na aprovação das reformas e do pacote fiscal. A votação final da reforma da Previdência será o primeiro item da pauta. No orçamento de 1999, foi incluída uma previsão de receita de R\$ 1,7 bilhão só por conta da economia prevista com as mudanças no sistema. Além disso, o Ministério da Previdência tentará obter mais R\$ 700 milhões de receita extra com medidas administrativas, como, por exemplo, a melhoria na fiscalização da concessão dos benefícios.

A aprovação das duas reformas neste ano é indispensável, na visão do governo, porque também teria um efeito positivo junto ao mercado e aos investidores internacionais. A reforma da Previdência resolve, em parte, o déficit crescente previsto para os próximos anos. Em 1999, está estimado em R\$ 9,4 bilhões. A partir dessa emenda, estará viabilizada a segunda etapa da reforma que prevê mudança radical no atual sistema previdenciário, de forma que cada contribuinte financeira sua própria aposentadoria.

O CALENDÁRIO DO AJUSTE NO CONGRESSO

O que deputados e senadores precisam votar rapidamente para permitir o equilíbrio das contas públicas

Reforma da Previdência

Esta paralisada na Câmara. Será o primeiro assunto tratado depois do segundo turno das eleições. No primeiro ano depois da aprovação da reforma, seria possível fazer uma economia de R\$ 1,8 bilhão. Há três pontos pendentes. O principal é o que trata do limite de idade mínima para a aposentadoria em uma regra de transição para o novo sistema.

Reforma administrativa

Foi concluída, mas há dispositivos que precisam ser regulamentados para entrar em vigor, como o que trata da demissão de servidores estáveis por excesso de despesas, e o que define regras para a demissão por insuficiência de desempenho. Com essas medidas, os novos governadores poderão reduzir os gastos com pessoal.

Aumento da CPMF

Mantener a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) é a vontade do governo. Para isso, precisa aprovar emenda constitucional com votações de dois turnos na Câmara e no Senado, com quorum de três quintos. A alíquota da CPMF deverá passar de 0,2% a 0,5%.

Reforma tributária

Está paralisada em comissão especial da Câmara dos Deputados. Trata-se de projeto que o governo enviou ao Congresso em 1995 e foi totalmente modificado pelo relator, Mussa Demes (PFL-PI). Não deve ser votada este ano, por envolver estados e municípios na discussão. Nova proposta reduzindo o número de impostos e facilitando a cobrança poderá ser enviada ao Congresso.

Reforma política

É considerada fundamental pelo governo. Mas não há consenso em pontos como a adoção do voto distrital, o fim do voto obrigatório e o financiamento público de campanhas. O governo quer aprovar, ainda este ano, a fidelidade partidária. Facilitaria a negociação política, diminuindo a barganha por votos necessários à aprovação das reformas e de outras medidas.

Outros impostos

Propor a elevação de outros impostos para aumentar a receita no próximo ano e arrumar as contas públicas é algo que o governo deve fazer. A aprovação dessas medidas precisa ser concluída até o dia 31 de dezembro para que entrem em vigor em 1999.

Programa de ajuste trienal

Será encaminhado ao Congresso ainda este mês um programa de ajuste fiscal para os próximos três anos, com metas de superávit primário (receita maior que as despesas) até 2001. Para 1999, a meta deve ser de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a cerca de R\$ 20 bilhões, obtida com cortes de gastos e aumento de receita.

O QUE NÃO PRECISA PASSAR PELO CONGRESSO

Corte de DAS

Extinguição de cargos comissionados. O Ministério da Fazenda está com um decreto presidencial pronto para extinguir 130 cargos em comissão. A equipe econômica espera que os outros ministérios sigam o exemplo e enxuguem suas folhas de pagamento.

IPI para carro importado

Mais uma maneira de aumentar a arrecadação. A alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) hoje cobrado dos importados equivale a um terço da alíquota cobrada dos compradores de carros nacionais. A ideia é elevar o IPI, o que aumentará as receitas, podendo até inibir as importações.

IOF para o capital estrangeiro

Com o acordo firmado com os credores externos, o Brasil não precisará do capital de curto prazo para financiar o rombo externo, podendo abrir mão desse dinheiro que vem e vai com facilidade. A ideia é taxar a entrada do capital especulativo, para que, se entrar, seja obrigado a ficar pelo menos dois anos.

Tim Sloan/France Presse



Greenspan (E), do Banco Central americano, com Malan e Wolfensohn, do Bird, antes da reunião do FMI em Washington